

BOLETIM 667

Brasília, 16 de outubro de 2018



Endividamento cresce e atinge 62,4 milhões de brasileiros

O desemprego e o arrocho resultantes da recessão econômica elevaram para 62,4 milhões o número de brasileiros inadimplentes em setembro, informou pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Isso representa 40,6% da população adulta (acima de 18 anos), que está com dívidas em atraso e, por consequência, com restrições no CPF que dificultam ainda mais o acesso ao crédito.

Contrariando a propaganda da recuperação econômica do governo federal, as estatísticas registram que em setembro a inadimplência cresceu 3,9% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Os dados refletem o brutal aumento do desemprego e subemprego nos últimos anos, ao mesmo tempo em que os salários são arrojados e o governo ataca os direitos fundamentais da

população, como a Previdência, e os trabalhadores. Segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,5 milhões de pessoas iniciaram o segundo semestre do ano desempregadas ou subempregadas.

“O desemprego permanece elevado e a renda não superou os patamares anteriores à crise, prejudicando o orçamento e a capacidade de pagamento dos consumidores. Esse quadro deve só deve ser revertido com a melhora do mercado de trabalho”, avalia o presidente da CNDL José Cesar da Costa.

BANCOS - A agiotagem praticada pelos bancos e instituições financeiras através da cobrança de juros absurdos ainda é o principal fator para o endividamento da população. Segundo os dados do SPC, 52,7% das dívidas se refere à inadimplência com o cartão de crédito, cheque especial ou empréstimos bancários – modalidades de crédito para as quais os bancos praticam taxas de juros de, em média, 300% ao ano. As dívidas bancárias cresceram 8,5% na comparação com setembro de 2017.

Além da agiotagem do sistema bancário, viu-se um aumento impressionante da inadimplência com as contas básicas – representando agora 7,9% do total.

IDOSOS - O arrocho no valor das aposentadorias e o crescimento do desemprego refletem também em um aumento expressivo no número de idosos inadimplentes, avançando 10% sobre o mesmo período do ano passado para 5,4 milhões de pessoas entre 65 e 84 anos.

Enquanto no índice geral a maior parte das dívidas é com o sistema bancário, entre os idosos as dificuldades de pagamento se concentram nos serviços básicos, considerados de primeira necessidade.

Fonte: Portal HP



DIEESE: é urgente adotar políticas públicas para a criação de empregos

Segundo diretor técnico da entidade, planos de governo dos candidatos para a economia do país devem estar alinhada ao combate ao desemprego e à geração de renda dos trabalhadores

Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, as políticas para dar conta do desemprego, uma realidade para 12,7 milhões de brasileiros, segundo dados do IBGE, passam pela tomada de uma estratégia econômica que tenha como dinâmica a promoção de empregos e a valorização dos salários. "Isso é feito com grande atuação do Estado", ressalta o diretor técnico, em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual.

"Agora, no segundo turno, a escolha de um candidato a presidente significará a escolha de uma trajetória para a economia brasileira", afirma Clemente, acrescentando ao problema do

desemprego a relação com a informalidade, em que se estima que 33 milhões de pessoas estejam em ocupações precárias, sem direitos e proteções sociais. O que, segundo o diretor técnico, pode ser contornado com a retomada de obras públicas, programas sociais e iniciativas de valorização das empresas internas e estatais.

"É o emprego e a ocupação das pessoas que geram a atividade econômica, é o investimento na produção de infraestrutura, na geração de máquinas e tecnologia, que junto com a força do trabalho humano, gera capacidade de produzir na economia e é essa capacidade que, transformada em salários, gera o consumo e a dinâmica produtiva", descreve Clemente.

Fonte: Rede Brasil Atual

Bolsonaro quer reforma da Previdência já em 2019

Candidato à Presidência, Jair Bolsonaro (PSL) disse no último sábado (13) que, se eleito, pretende votar a reforma da Previdência já no primeiro ano de governo. Segundo ele, o projeto que irá ser debatido no Congresso não é o enviado pelo atual presidente, mas a sua própria proposta.

O texto enviado por Temer sobre o assunto já foi aprovado em comissão especial na Câmara dos Deputados.

"Se for presidente, vamos votar em 2019 uma reforma nossa da Previdência", disse Bolsonaro a jornalistas na casa do empresário Paulo Marinho, na zona sul do Rio de Janeiro, onde foi gravar programas eleitorais de rádio e TV,



embora se recuse a participar de debates alegando problemas de saúde.

Nesta semana, o presidente do PSL, Gustavo Bebianno, havia dito que o coordenador econômico do programa de Bolsonaro, Paulo Guedes, poderia conversar com o governo Temer ainda neste ano sobre a reforma, sem dar detalhes do que isso representaria.

De acordo com a Reuters, a equipe econômica de Bolsonaro "segue vendo a reforma como prioritária e queria aproveitar a proposta sobre o tema que está estacionada no Congresso para endurecer as regras do atual regime, de repartição, preparando o terreno para introduzir posteriormente a opção por um novo modelo de Previdência, de capitalização".

"Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas", diz o Programa de governo do candidato.

Neste sábado, a jornalista, Bolsonaro afirmou que não espera uma oposição forte no Congresso em 2019 caso vença as eleições, citando o apoio de muitos parlamentares eleitos e de bancadas estaduais.

Desencontro - Cotado para ser o ministro-chefe da Casa Civil de um eventual governo Bolsonaro, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS)

discorda de que haja déficit da previdência, como diz o próprio plano de governo do PSL. Ele afirma que o atual regime vai bem e duvida que o buraco nas contas exista.

As opiniões do deputado foram dadas durante o primeiro semestre de 2017 em comissões sobre a reforma da Previdência do governo Michel Temer ou no plenário da Câmara. Lorenzoni é o coordenador político de campanha de Bolsonaro.

Fonte: Portal Vermelho, com agências

Pochmann: Bolsonaro retroagirá país em 50 anos

O economista Márcio Pochmann criticou o presidente Jair Bolsonaro (PSL), que disse ter como objetivo em um eventual governo fazer o Brasil "ser igual 40, 50 anos atrás" em relação à insegurança das grandes cidades.

"Insatisfeito com regressão

de 20 anos em 2 de Temer, Bolsonaro deseja retroagir o Brasil em 50 anos, voltando a década de 1960, quando não havia SUS, previdência excluía idosos, apenas 2% dos jovens na universidade, pobreza atingia 50% do povo e carteira do trabalho era mito", escreveu o estudioso no Twitter.

Em visita ao Bope, onde foi agradecer o apoio de militares, o candidato do PSL defendeu o encarceramento como solução. "Cadeia não recupera ninguém. Cadeia é para tirar o elemento da sociedade", disse ele em entrevista à Rádio Jornal, de Barretos (SP).

Fonte: Brasil247

TSE convoca campanhas dos presidenciáveis para debater notícias falsas

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, vai se reunir, nesta terça-feira (16), com os coordenadores das campanhas dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Na pauta do encontro, previsto para as 18h, em Brasília, estão as notícias falsas veiculadas especialmente nas mídias sociais.

As notícias falsas (fake news, em inglês) entraram na agenda do TSE desde o início da preparação do processo eleitoral. O tribunal chamou os partidos a assinarem um acordo contra as notícias falsas, reforçou a equipe que monitora essa prática e agora tenta um pacto entre os dois candidatos para evitar a disseminação de fake news.

Para os ministros do TSE, as notícias falsas podem abalar a credibilidade do pleito. Haddad chegou a propor um acordo com o adversário para evitar as fake news, mas Bolsonaro recusou, via mídias sociais.

Decisões do TSE têm tirado notícias falsas da internet. Na semana passada, o ministro Luis Felipe Salomão negou um pedido da coligação de Haddad (PT/PCdoB/PROS) para remoção de conteúdo veiculado no grupo do WhatsApp “a Rede – Eleições 2018”.

Para Salomão, as mensagens enviadas pelo aplicativo não são abertas ao público, como acontece nas redes sociais. Nesse caso, segundo o ministro, a comunicação fica restrita a um grupo de pessoas.

Fonte: Agência Brasil



Vítimas de trabalho infantil poderão ter prioridade em vagas para aprendizes

Está na pauta da reunião desta terça-feira (16) da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) um projeto que garante a adolescentes em situação de trabalho infantil a prioridade no preenchimento de vagas de jovens aprendizes oferecidas pelas empresas (PLS 241/2014).

O texto que pode ser votado é um substitutivo do relator, senador Pedro Chaves (PRB-MS). O projeto original, da ex-senadora Ana Rita, previa alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que 50% das vagas para jovens aprendizes obrigatórias em empresas sejam reservadas para menores de 18 anos em situação ou em risco de trabalho infantil. Pedro Chaves excluiu essa percentagem e sugere que o número seja fixado em regulamento posterior.

Outros projetos A pauta do colegiado conta com 18 itens no total. Entre eles, estão um projeto que inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria (PLS 31/2016) e uma proposta que institui o dia 13 de março como Dia da Batalha do Jenipapo (PLS 94/2011).

Fonte: Agência Senado



Projeto muda índice de correção monetária de débitos trabalhistas

Os senadores podem apresentar até quinta-feira (18) emendas ao projeto de lei que determina que os débitos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Atualmente essas dívidas são atualizadas pela Taxa Referencial (TR).

Do senador Lasier Martins (PSD-RS) *(foto)*, o PLS 396/2018 será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto faz alterações na Lei 8.177, de 1991, e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que os débitos trabalhistas de qualquer natureza em atraso serão corrigidos pelo IPCA-E, “acumulado no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento”.

De acordo com Lasier, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já decidiu que o uso da TR como

índice de correção de débitos trabalhistas não preserva o poder aquisitivo desses recursos e determinou o uso do IPCA-E.

Para o senador, o IPCA-E reflete de maneira mais fidedigna a variação do custo de vida da população, pois é calculado com base no custo de vida de famílias que ganham de um a 40 salários mínimos. Ele leva em conta despesas como moradia, alimentação, saúde, higiene pessoal, educação, transporte e vestuário. Já a TR é o índice usado para a correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança.

“O TST considera que a utilização da TR não preserva o poder aquisitivo das verbas trabalhistas não quitadas no momento oportuno pelo empregador. A sua incidência sobre débitos trabalhistas representa, de acordo com a corte superior laboral, vilipêndio ao direito de propriedade do trabalhador, que não terá o seu patrimônio preservado contra a ação deletéria do tempo sobre os valores não quitados tempestivamente pelo tomador dos serviços”, afirma Lasier na justificativa da proposta.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS